

- 6 OUT 1985

Mercado de ilusões

Antonio Oliveira Santos

O Brasil continuamos à busca de uma solução indolor para a crise econômica. Cada um de nós pretende ver os problemas solucionados sem sacrifícios e sem perdas. Aliás, quando se fala em sacrifício, logo se pensa no sacrifício do vizinho. Outra tendência, ainda mais generalizada, é esperar-se que tudo venha a ser milagrosamente solucionado pelo Governo.

Esta atitude de querer que a crise se resolva por encanto constitui, hoje em dia, o nosso maior problema. Vivemos uma quadra de fantasias. Trata-se de um clima de desejos e sonhos próprio dos maus doentes que têm mais medo do remédio do que da doença e dos maus médicos que odeiam desagradar seus doentes. Por pouca coisa nos animamos e, com isso, justificamos a inércia. A queda da inflação de 14% para 9% foi comemorada como um grande feito, esquecendo-se que os principais focos de sua alimentação continuam mais vivos do que nunca, como é o caso da pressão salarial e da sobrecarga da dívida pública. Os juros, ao baixarem de 2 a 3 pontos percentuais, são vistos como firmes sinais de estabilização, ignorando-se que o Governo fala, mas não corta gastos, ao mesmo tempo que eleva a expansão monetária para níveis alarmantes. É impressionante como, no mundo das ilusões, os pequenos feitos do hoje ofuscam os grandes riscos do amanhã!

Em matéria econômica, penso que o povo brasileiro está sendo submetido a uma insustentável sessão de ilusionismo na firme crença de que nosso Pai-Grande, o Governo, haverá de nos salvar na hora do impossível. Esta síndrome de irrealismo, aliás, alimentada pela própria Administração Pública — Executivo e Legislativo —, constitui severo entrave à solução da crise. Crise exige ação enérgica. Problemas requerem disposição e realismo. Afinal, não há sociedade que possa progredir em duelo com a aritmética econômica.

Uma política econômica que pretende agradar a gregos e trojanos, deixando de cortar efetivamente as despesas desnecessárias e promovendo aumentos salariais acima da inflação, regados a antecipações e reposição de perdas, só poderá nos levar ao desastre. Economia é a administração da escassez. A realidade econômica não tolera por muito tempo romantismo ou populismos, mesmo os bem-intencionados. O

socialismo francês deu rápida meia volta quando percebeu que seu programa não resistia ao crivo cartesiano. A Argentina, depois de chegar a 1.000% de inflação anual, entrou em regime de real austeridade.

Nossa Administração titubeia e tenta contornar problemas, alimentando a estratégia do gradualismo. Esta funciona, mas até certo ponto. Como qualquer outra estratégia, tem seus limites. Quando vemos uma aterrorizante dívida pública, estimada em meio quatrilhão de cruzeiros para 1986 e crescendo como bola de neve, isso nos faz perder totalmente o rumo das coisas. Na verdade, esses meganúmeros já não dizem mais nada aos nossos trabalhadores e ao povo. Os que vivem à base de salário mínimo não conseguem atinar para a magnitude dos milhões e bilhões. O que dizer, então, dos trilhões e quatrilhões? A crise desnorteou o homem comum e transformou o dinheiro em entretenimento de tecnocratas: mais um adereço do nosso mundo das fantasias.

Por outro lado, apavora saber que uma dívida de meio quatrilhão de cruzeiros, para ser rolada, crescerá em cerca de 70 trilhões por mês (!!!), montante que é superior ao orçamento anual da maioria dos estados brasileiros, sem falarmos na utilidade que tais recursos teriam, se investidos em atividades produtivas. Trata-se de um vagalhão gigantesco e perigoso, cuja única utilidade é aquecer ainda mais nosso mercado de ilusões.

O momento é grave. Afinal, não há ilusão que sempre dure. É absolutamente essencial que o Governo, juntamente com os grupos representativos dos interesses genuínos de nossa sociedade, organize imediatamente um plano global e sério para o saneamento da crise atual. Se for para tomarmos o remédio amargo, que se diga claramente a que ele se destina.

Mas, antes de tudo, os que vão tomar o remédio têm direito de saber para que será feito o sacrifício. O que não pode continuar é a inércia de uma Administração Pública vendedora de ilusões e que, por não querer tomar medidas impopulares, impõe a todo o povo, sem consulta, uma agonia de objetivos obscuros e incertos. Convenhamos, este não é o procedimento transparente e democrático que esperamos da nova República.

Antonio Oliveira Santos é empresário, presidente da Confederação Nacional do Comércio e membro do Conselho Monetário Nacional